

Formulário de Inscrição

Edital: E_19/2022 - PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO - 2022

Solicitante: Klever Paulo Leal Filpo

Pedido: 282430

Instituição:	Universidade Católica de Petrópolis				
Unidade:	Centro de Ciências Jurídicas				
Departamento:	Programa de Pós-graduação em Direito				
CEP:	25610-130				
Endereço:	Avenida Benjamim Constant			Número:	213
Complemento:				Bairro:	Centro
Município:	Petrópolis	UF:	RJ	País:	Brasil
Telefone:	24	22444058	Ramal:	4096	
Área					
Grande Área		Área		Sub Área	
Ciências Sociais Aplicadas		Direito		Direitos Especiais	
Ciências Sociais Aplicadas		Direito		Direito Público	
Área/Setor Principal					
Direito Público					
Matrícula do Bolsista		Nome do Bolsista		Email do Bolsista	
Tema					Principal
Faixa:					

Dados Gerais

Dados Gerais
Título do projeto (divulgável)
ESTUDO DE CASO: BENEFÍCIO DO ALUGUEL-SOCIAL EM PETRÓPOLIS APÓS A TRAGÉDIA CLIMÁTICA OCORRIDA NO VERÃO DE 2022
Pesquisadora se tornou mãe (Sim/Não)
NÃO
Ano de doutoramento (4 caracteres)
2014
Resumo em português (divulgável)

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/_____ / _____	
DATA: ___/___/___	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

O presente projeto de pesquisa está sendo proposto à FAPERJ com o objetivo de obter bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado, com a proposta de realizar um estudo de caso sobre o benefício do Aluguel Social e sua implementação na cidade de Petrópolis após a tragédia ocorrida no verão de 2022. A finalidade é identificar sobretudo as dificuldades existentes no momento da implementação do benefício, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito. Tal pesquisa será desenvolvida no âmbito do GIPAC, grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Direito da UCP (Nota 4 na última avaliação da CAPES), que é produtivo e inclui pesquisadores de diferentes níveis de formação, incluindo bolsistas PIBIC, Mestrandos do PPGD/UCP, pesquisadores Doutores, etc. O Benefício do Aluguel Social encontra previsão, sobretudo, na Lei Orgânica de Assistência Social e vem sendo pago a algumas vítimas da tragédia climática em foco. O objetivo da pesquisa é realizar um estudo de caso (Yin, 2001), voltando um olhar singular e específico para o Aluguel Social. Propõe-se dividir este objeto em unidades de análise e utilizar algumas técnicas de coleta de dados para compreender as dificuldades e obstáculos que os beneficiários e as instituições encarregadas experimentam no momento da sua implementação. A pesquisa poderá contribuir para a formação de diagnósticos e a tomada de decisões sobre essa questão sócio jurídica tão relevante, certamente atual, e que implica, em última análise, na efetivação de direitos humanos. A equipe se propõe a produzir artigos, livros e outros materiais, criar e manter uma página web alusiva à pesquisa e devolver à comunidade parte do conhecimento produzido por meio de uma cartilha e eventos específicos descritos no projeto. Eventualmente, a pesquisa poderá resultar em propostas de aperfeiçoamento da legislação que rege o aluguel social.

Resumo em inglês (divulgável)

The present research project is being proposed to FAPERJ in order to obtain a Young Scientist of Our State grant, with the proposal of conducting a case study on the Social Rental benefit and its implementation in the city of Petrópolis after the tragedy that occurred in the summer of 2022. The purpose is to identify, above all, the difficulties existing at the moment of the benefit implementation, which consist of obstacles to the effectiveness of this right. This research will be developed within GIPAC, a research group linked to the UCP's Master of Laws (Grade 4 in the last CAPES evaluation), which is productive and includes researchers from different levels of training, including PIBIC fellows, Master's students from PPGD/UCP, PhD researchers, etc. The Social Rent Benefit is provided, above all, by the Organic Law of Social Assistance and has been paid to some victims of the climatic tragedy in focus. The objective of the research is to conduct a case study (Yin, 2001), taking a singular and specific look at Social Rent. It is proposed to divide this object into units of analysis and to use some data collection techniques to understand the difficulties and obstacles that the beneficiaries and the institutions in charge experience at the time of its implementation. The research will be able to contribute to the formation of diagnoses and decision-making on this socio-legal issue that is so relevant, certainly current, and that ultimately implies the enforcement of human rights. The team proposes to produce articles, books and other materials, create and maintain a web page allusive to the research, and return to the community part of the knowledge produced through a booklet and specific events described in the project. Eventually, the research may result in proposals to improve the social rent legislation.

Introdução

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

O presente projeto de pesquisa está sendo proposto à FAPERJ com o objetivo de obter bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado, com a proposta de realizar um estudo de caso sobre o benefício do Aluguel Social e sua implementação na cidade de Petrópolis após a tragédia sócio-ambiental ocorrida no Verão de 2022. A finalidade é identificar as dificuldades existentes no momento da implementação do benefício, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito. Tal pesquisa será desenvolvida no âmbito do GIPAC, grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Direito da UCP (Nota 4 na última avaliação da CAPES), que está consolidado, é produtivo e inclui pesquisadores de diferentes níveis de formação, incluindo bolsistas PIBIC, Mestrandos do PPGD/UCP, Pesquisadores Doutores, etc. O Benefício do Aluguel Social encontra previsão, sobretudo, na Lei Orgânica de Assistência Social e vem sendo pago a algumas vítimas da tragédia climática em foco. O objetivo da pesquisa é realizar um estudo de caso (Yin, 2001), voltando um olhar singular e específico para o Aluguel Social. Propõe-se dividir este objeto em unidades de análise e utilizar algumas técnicas de coleta de dados para compreender as dificuldades e obstáculos que os beneficiários e as instituições encarregadas experimentam no momento de implementá-lo. Para desenvolver o estudo do caso, as unidades de análise propostas inicialmente (mas que poderão ser modificadas e/ou alargadas no curso da pesquisa, se for o caso) são as seguintes: (1) relação entre benefícios requeridos, concedidos e negados; (2) fundamentação das decisões concessivas e denegatórias dos benefícios nos casos analisados; (3) entraves normativos/jurídicos; (4) entraves técnicos e burocráticos; (5) temporalidades (tempo de duração dos processos; tempo implantação e vigência dos benefícios; outros correlatos). As técnicas de coleta de dados que se pretende utilizar são as seguintes: (1) levantamento da literatura que existe a respeito do tema, no Brasil e no exterior (enfocando o benefício do aluguel social ou congêneres); (2) análise do arcabouço legislativo que regula a concessão e o pagamento desse benefício; (3) Análise de processos administrativos e/ou judiciais de solicitação do benefício. Nessa toada, o presente projeto de pesquisa tem aderência com o eixo norteador Justiça e Direitos Humanos, no contexto do Projeto Pedagógico Institucional da UCP – instituição sede da pesquisa – em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A tragédia climática aqui considerada é a derivada das fortes chuvas ocorridas na cidade de Petrópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro, em 15/02/2022, com novas ocorrências trágicas nas semanas que se seguiram. Conforme dados disponíveis no site do Município, em 3 horas a chuva de 258,6 milímetros causou deslizamentos de terra (6.019), soterrou casas, produziu enchentes por toda a cidade, 241 óbitos, 5,3 mil imóveis interditados e aproximadamente 1.972 famílias desabrigadas e um total de 7.264 ocorrências registradas pela defesa civil (Petrópolis, 2022). Essa tragédia teve consequências piores do que as ocorridas em 2011, 1988 e 1932 no município (CNN BRASIL, 2022). Providências foram e seguem sendo tomadas em resposta à tragédia nas mais diferentes frentes. Uma delas, de natureza assistencial, é o benefício do aluguel social, pago pelo poder público. Trata-se de uma medida emergencial de assistência social destinada às famílias que ficaram sem moradia que encontra amparo na Lei 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social. Pretende-se identificar, por meio do estudo de caso ora proposto, as dificuldades existentes no momento da implementação do benefício, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito.

Justificativa para escolha do tema

A pesquisa bibliográfica inicial realizada em repositórios de artigos científicos e mesmo no banco de dissertações e teses da CAPES visando sistematizar os achados sobre o benefício e as dificuldades inerentes à sua implementação, não localizou estudos que foquem no problema das tragédias climáticas da região serrana do Rio, a despeito da recorrência de desastres naturais devidos às chuvas na região. Algumas observações empíricas iniciais levantadas pelo grupo de pesquisa GIPAC/UCP, ligado ao PPGD/UCP, apontam obstáculos e barreiras durante o processo para obtenção deste benefício, desde as lacunas existentes na legislação de regência, passando por aspectos burocráticos, documentais, técnicos e contratuais, até a perpetuação do benefício, que teria caráter eventual, em função da ausência de outras políticas que pudessem fazer frente às necessidades das vítimas (aspecto que pode ser inferido da ocorrência de grandes tragédias anteriormente ocorridas, como aquela que atingiu o Vale do Cuibá, em 2011. Conferir em < <https://tribunadepetropolis.com.br/oticias/sete-anos-depois-da-tragedia-quasenada-mudou-no-vale-do-cuibaba/>>). Matérias jornalísticas publicadas em jornais e sites de grande circulação sugerem que o pagamento do benefício em questão é permeado por obstáculos e polêmicas de toda ordem, tornando-se um interessante objeto de investigação (conferir, por exemplo: <https://g1.globo.com/jegiao-serrana/oticia/2022/04/09/justica-realiza-busca-e-apreensao-de-contratos-de-aluguel-social-em-petropolis-para-verificar-possiveis-irregularidades.ghtml> e < <https://g1.globo.com/jegiao-serrana/oticia/2022/04/08/comeca-pagamento-do-aluguelsocial-em-petropolis-e-2100-pessoas-precisam-atualizar-cadastro-veja-o-que-fazer.ghtml>>). Essas dificuldades colocam em risco a efetivação do aluguel social que encontra amparo na LOAS, Lei Federal que é a base legal para a concessão desse e outros benefícios congêneres, sendo uma política pública de grande relevância no oferecimento de resposta à população vitimada em função de tragédias climáticas. A recorrência das tragédias em razão das fortes chuvas na região, e as dificuldades relativas que a pesquisa ora proposta seja fundamental para diagnosticar as barreiras de implantação. A proposta da pesquisa, em última análise, é identificar essas barreiras. Por outro lado, ainda pensando em justificar esse esforço de pesquisa, é preciso deixar registrado que a UCP está envolvida de forma direta na tragédia e seus desdobramentos, pois vários de seus colaboradores foram vítimas e alguns dos pontos mais atingidos são próximos à sede da IEs, como mostram as fotografias contidas na versão integral do projeto, anexa, em PDF. Essas fotografias são capazes de ilustrar o quão próxima (de forma física e institucional) está a UCP dessa tragédia e dos impactos de toda ordem que dela derivaram. Já o pesquisador proponente faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Direito dessa mesma Universidade, que recebeu nota 4 na última avaliação divulgada pela CAPES e que tem uma área de concentração em Justiça, Processo e Direitos Humanos. Dentro dessa área o pesquisador proponente está alocado na linha de pesquisa “Processo e Efetivação da Justiça e dos Direitos Humanos”. Logo, a presente proposta dialoga bastante com a pesquisa e projetos desenvolvidos pelo proponente no PPGD em questão, onde orienta e já orientou mestrandos, graduandos (sendo alguns bolsistas de iniciação científica do CNPq e da FAPERJ), e Jovens Talentos da FAPERJ (alunos de ensino médio de escolas públicas). Todos estes serão envolvidos na pesquisa ora proposta neste edital JCNE. O problema de pesquisa pode ser expresso por meio da seguinte pergunta: quais são as dificuldades encontradas no momento da implementação do benefício o aluguel-social, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito? A tragédia climática ocorrida na cidade de Petrópolis nas chuvas intensas de fev/mar de 2022 acabou deixando evidentes as dificuldades na implantação do aluguel social, o que chamou nossa atenção. Trata-se de uma medida emergencial de assistência social com previsão na LOAS – Lei 8.742/93, destinada a amparar as famílias que ficaram em abrigos e aquelas que tiveram suas casas condenadas pela Defesa Civil, impossibilitando a moradia. O art. 22 dessa Lei foi regulamentado pelo Decreto nº 6.307/1997, que descreve em seu art. 7º os eventos de risco, perdas e danos que podem caracterizar a situação de vulnerabilidade temporária, sendo ameaça de sérios padecimentos (riscos), privação de bens e de segurança material (perdas), agravos sociais e ofensa (danos). Pode-se observar que o mundo convive com condições de desigualdades intensas e para sua superação se faz necessária a erradicação da pobreza, melhoria da educação das populações vulneráveis e redução da desigualdade social. As pessoas em situação de extrema pobreza, que não têm onde morar, sofrem discriminações e preconceitos, encontram-se como “refugo humano”, como nos indica Bauman (1998). Segundo esse autor, no mundo capitalista, aqueles que não se encontram como consumidores, encontram-se como “objetos fora do lugar”. Este pensamento coaduna com a busca de muitas famílias vulneráveis do benefício do aluguel social e todos os enfrentamentos para adquiri-lo e ter acesso a uma nova moradia, representando um desafio para o Direito. Em breve levantamento bibliográfico, em base de dados de artigos científicos e banco de teses da CAPES, visando sistematizar os achados sobre o benefício e as dificuldades inerentes à sua implementação, não localizou estudo tragédias climáticas da região serrana do Rio, a despeito da recorrência de desastres naturais devidos às chuvas na região, o que justifica o esforço da nossa pesquisa. Observações iniciais do GIPAC/PPGD/UCP, mostram processo para obtenção do benefício que agravam ainda mais a situação dessas famílias: 1) lacunas e dificuldades de interpretação da legislação de regência; 2) dúvida em relação a valores e responsabilidades; 3) entraves burocráticos, técnicos, contratuais; 4) população que desconhece seus direitos; dentre outros. Alguns destes já foram descritos por Lima e D`Ascenzi (2013). Eles explicam que a análise de políticas públicas se dá por meio de abordagem sequencial que considera o ciclo formulação-implementação-análise, e que no segundo momento são, via de regra, identificados problemas envolvendo, sobretudo, a interação da política pública com as organizações executoras. Muitos desses fatores acabam dificultando o acesso a esse direito por famílias desabrigadas e em situação de desamparo, dentre outras consequências que não são apenas jurídicas e assistenciais, mas também sociais, econômicas, psicológicas, configurando um fenômeno social complexo. Desta forma, o objetivo da pesquisa é compreender, por meio de estudo de caso, as dificuldades encontradas na concessão e o pagamento desse benefício, além de levantar a literatura que existe a respeito do tema, com o objetivo de compreender possibilidades e limitações, bem como, eventualmente, se for o caso, propor aperfeiçoamentos, se os dados, reflexões e inferências gerados com a pesquisa o permitirem. Trata-se, assim, de aproveitar a experiência de Petrópolis para produzir conhecimento sobre as limitações dessa política, que poderão gerar, até mesmo, melhorias a serem replicadas em outros municípios, em casos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/_____./_____./_____	
DATA: ___/___/___	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

semelhantes, ou propostas de aperfeiçoamento da legislação de regência, etc.

Objetivos

Objetivo Geral Desenvolver um estudo de caso sobre o benefício do aluguel social e sua implementação em Petrópolis, RJ, após a tragédia ocorrida em 2022, com o objetivo de compreender e descrever os obstáculos encontrados, as possibilidades e limitações e, bem assim, eventualmente, propor aperfeiçoamentos. Objetivos Específicos - levantar a legislação que rege a matéria, no âmbito federal, estadual e municipal; - proceder a análise da legislação identificado lacunas, dúvidas de interpretação, incompletudes, etc; - levantar textos pertinentes ao tema em base confiáveis; - fazer a leitura e fichamento dos textos; - identificar e examinar processos administrativos e judiciais referentes ao aluguel –social em Petrópolis. - examinar documentos pertinentes ao aluguel-social em Petrópolis; - desenvolver reflexões jurídicas e críticas acerca do benefício do aluguel social com base nas análises e leituras realizada. - relacionar e refletir sobre as dificuldades e obstáculos identificados na implementação do aluguel-social.

Metodologia ou Método

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

O benefício em foco encontra previsão, sobretudo, na Lei Orgânica de Assistência Social e vem sendo pago a algumas vítimas da tragédia climática que atingiu Petrópolis no ano de 2022. O objetivo da pesquisa é realizar um estudo de caso (Yin, 2001), voltando um olhar singular e específico para o Aluguel Social e sua implementação em Petrópolis, para as vítimas da tragédia em foco. Propõe-se dividir este objeto em unidades de análise e utilizar algumas técnicas de coleta de dados para compreender as dificuldades e obstáculos que os beneficiários e as instituições encarregadas experimentam no momento de implementá-lo. Para desenvolver o estudo do caso, as unidades de análise propostas inicialmente (mas que poderão ser modificadas e/ou alargadas no curso da pesquisa, se for o caso) são as seguintes: (1) relação entre benefícios requeridos, concedidos e negados; (2) fundamentação das decisões concessivas e denegatórias dos benefícios nos casos analisados; (3) entraves normativos/jurídicos; (4) entraves técnicos e burocráticos; (5) temporalidades (tempo de duração dos processos; tempo implantação e vigência dos benefícios; outros correlatos). As técnicas de coleta de dados que se pretende utilizar são as seguintes: (1) levantamento da literatura que existe a respeito do tema, no Brasil e no exterior (enfocando o benefício do aluguel social ou congêneres); (2) análise do arcabouço legislativo que regula a concessão e o pagamento desse benefício; (3) Análise de processos administrativos e/ou judiciais de solicitação do benefício. No tocante à revisão de literatura, esta se dará de forma não exaustiva, buscando localizar e realizar a leitura e fichamentos de textos relevantes que venham a ser localizados sobre o tema. Essa busca se dará em bases de dados confiáveis como o Scielo e o banco de dissertações e teses da CAPES, dentre outros correlatos. Em uma investigação preliminar percebeu-se que há poucos textos escritos no Brasil sobre o tema (por exemplo, SANTOS et al, 2016), sendo raros os que enfoquem e/ou problematizem a implementação do aluguel social em cidades da região serrana fluminense, a despeito da grande e recorrente incidência de tragédias climáticas na região. Recentemente, em uma iniciativa que incluiu pesquisadores e professores da UCP, a EMERJ realizou um evento para discutir repercussões jurídicas da tragédia ocorrida em Petrópolis (<https://emerj.com.br/site/oticia/447>) e desse evento resultaram alguns artigos publicados na revista da EMERJ (conferir em <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2/revista_v24_n2_sumario.html>) tratando de temas conexos à tragédia, como a responsabilidade civil objetiva do ente em tragédias ambientais (COUTINHO, 2022) e uma discussão sobre meio ambiente e cidades resilientes (BECK, 2022). Nesse caso, a revisão de literatura não ficará restrita a textos publicados no Brasil, mas buscará identificar literatura estrangeira sobre políticas públicas e benefícios correlatos. Tal como o Social Rental Housing em países da União Européia, discutido em muitas pesquisas como, por exemplo, Czischke (2009), fazendo uma comparação entre políticas de locação social em alguns países do bloco. O IPEA (BALBIM/IPEA, 2015) também publicou um texto para discussão versando sobre iniciativas nacionais e internacionais sobre locação social, tendo como base um seminário internacional sobre locação social que incluiu análise de casos da França, Uruguai e Itália. Essas experiências podem ser confrontadas com o caso em análise, permitindo vislumbrar potencialidades e limitações. Guardadas as devidas proporções, em vista das diferenças culturais, normativas, temporais, dentre outras, essas leituras podem ajudar a pensar e problematizar o caso de Petrópolis escolhido para estudo, neste projeto. Já na análise da legislação buscaremos localizar e examinar os diplomas normativos de toda espécie que dispõem sobre o benefício do aluguel social, seja no plano federal, considerando a LOAS, seja nos planos estadual e municipal. Levantamento preliminar realizado para a confecção deste projeto de pesquisa já evidenciou algumas dificuldades na integração entre diplomas normativos distintos, não sendo raras as dúvidas referentes à sua implementação prática, por exemplo, no que toca o valor do benefício a ser pago a cada família atingida, até mesmo pela sobreposição de decretos que tratam da mesma matéria emanados de diferentes entes da federação, etc. Logo, essa análise terá como norte a busca pela compreensão das leis e demais diplomas normativos, mas também a compreensão e explicitação das suas lacunas, dúvidas, incompletudes, incoerências, a partir de uma visão crítica e reflexiva. Por fim, na análise de processos administrativos e judiciais pertinentes ao tema, é importante destacar, inicialmente, que os mesmos são de acesso público, garantido pela lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011), no tocante aos procedimentos administrativos pertinentes ao requerimento e concessão, ou indeferimento, do aluguel social, em Petrópolis, relacionados à tragédia de 2022. A proposta é examinar os registros desses procedimentos identificando temporalidades, a natureza e justificativas dos pedidos, as decisões de deferimento e indeferimento, a sua fundamentação e intercorrências relevantes. Essa análise pode ser categorizada como pesquisa documental, ultrapassando, porém, a idéia de textos escritos ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como, no dizer de Sá-Silva et al (2009), para incluir filmes, vídeos, fotografias, pôsteres, etc. Nesse sentido, vislumbra-se que a análise processual aqui proposta poderá incluir também avisos divulgados pelos entes públicos a respeito do tema e as suas páginas institucionais, dentre outras correlatas, de acordo com o interesse da pesquisa. Já em relação aos processos judiciais estes são, em regra, públicos, podendo ser acessados em sua íntegra no sistema do Processo Judicial Eletrônico dos Tribunais com competência para a apreciação da matéria. No caso dos processos judiciais, estes são ajuizados, em regra, quando um município tem o pedido indeferido e postula do Poder Judiciário uma decisão que obrigue o ente público responsável ao pagamento do benefício. Mas há também outras possibilidades. Alguns exemplos podem ser importantes para evidenciar a viabilidade da pesquisa. Em 24 de agosto de 2022 foi julgada pela 4ª Câmara Cível do TJERJ uma apelação em que se discutiu a limitação temporal do benefício do aluguel social, para uma munícipe que teve sua casa afetada por uma tragédia ambiental, análoga a esta ocorrida em Petrópolis, no ano de 2022. Autos de nr. 0007279-75.2013.8.19.0002, Relatora Desembargadora Maria Augusta Vaz. Disponível para consulta em <https://www4.tjrj.jus.br/ejud/ConsultaProcesso.aspx?N=2022.001.53545>). Nessa ação a discussão dizia respeito à possibilidade, ou não, de exigir do Município o pagamento do benefício por períodos extensos, quando outras políticas não são implementadas visando à realocação das vítimas de uma determinada tragédia ambiental. Outro exemplo, pensando em processos coletivos, é a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra o Município de Petrópolis, e que tramita na 4ª Vara Cível desse Município, tendo como escopo estruturar Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

Emergências, responsável por promover o acesso da população atingida por desastres a benefícios eventuais, assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança e articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas. Essa ação foi ajuizada em 2016 mas, na esteira da tragédia ocorrida em 2022, o pedido foi emendado para abranger as vítimas da tragédia considerada neste projeto. A expectativa é que o exame desses processos poderá revelar dificuldades, perplexidades, resistências, lacunas, enfim, obstáculos à efetivação do aluguel social, a partir do estudo de caso do Município de Petrópolis em 2022. O projeto irá mobilizar recursos humanos e materiais existentes e disponíveis no Programa de Pós-Graduação em Direito, onde o candidato atua e tem a estrutura necessária para desenvolver a pesquisa em boas condições. O PPGD/UCP tem sede própria situada no campus da Avenida Benjamin Constant, contando com salas de atendimento individuais para os professores, sala de aulas, sala da coordenação e secretaria, dentre outros. Na sala de aulas do PPGD existem Smart TV e 5 notebooks à disposição, com câmera para a realização de videoconferências, 2 gravadores, impressora multifuncional e outros itens necessários. Podendo também a equipe contar com toda a estrutura do campus, que inclui laboratórios, salas de aula, bibliotecas físicas e virtuais, e também o pacote Google para a educação, com ferramentas de videoconferência e outros que podem contribuir para o projeto.

Resultados Esperados

A pesquisa aqui proposta e seus resultados poderão contribuir para a formação de diagnósticos e a tomada de decisões sobre essa questão sócio jurídica tão relevante, certamente atual, e que implica, em última análise, na efetivação de direitos humanos. Para o proponente isso é significativo por estar vinculado a um PPGD (recomendado pela CAPES com conceito 4), o único da região Serrana Fluminense, que tem como área de concentração Justiça, Processo e Direitos Humanos. Durante o desenvolvimento do projeto a equipe estará envolvida não apenas na pesquisa propriamente dita mas também na produção de artigos, livros, capítulos e na apresentação de trabalhos em eventos, seja pelo coordenador do projeto, seja pelos demais participantes da equipe e/ou parceiros, também em coautoria. Outro aspecto relevante serão as atividades a serem desenvolvidas em escolas públicas do nível fundamental e médio sediadas em Petrópolis e região circunvizinha, de modo a atender todas as condições do edital. Para esse fim vamos nos valer dos contatos já existentes relacionados aos bolsistas Jovens Talentos da FAPERJ orientados pelo proponente, que são alunos de escolas públicas estaduais situadas na cidade de Petrópolis, e também ao Projeto Feira de Ciências (INCT/InEAC) de cuja equipe o proponente participa. Essas experiências anteriores em iniciação científica júnior serão exploradas para atingir esse resultado de aproximação com escolas públicas, previsto no edital da FAPERJ -JCNE. Será produzido material bibliográfico com o objetivo de ampliar a divulgação dos resultados da pesquisa, recurso físico ou eletrônico, a ser produzido coletivamente pelos integrantes do grupo e parceiros. Uma das possibilidades será a construção de uma cartilha voltada para a população do município, com roteiro e dicas práticas sobre o benefício do aluguel social. Será criada junto à página eletrônica da UCP (conferir em www.ucp.br) uma página específica para dar visibilidade ao projeto e contribuir com a população, no fornecimento de informações pertinentes a esse benefício e outros correlatos. Um exemplo que pode ser encontrado no site da UCP é o projeto Minuto do Direito, veiculado via rádio UCP/FM, também com o intuito de levar informações úteis para a população, sobre os seus direitos. Então o proponente já tem experiência nesse tipo de atividade e isso poderá contribuir para alcançar os resultados almejados. Como indicadores de desempenho, para permitir o acompanhamento e avaliação, pela FAPERJ, do trabalho a ser desenvolvido, propomos os seguintes: **INDICADORES DE DESEMPENHO:** •Participação em pelo menos um evento científico no Brasil, para cada um dos anos de execução do projeto – totalizando 3 eventos científicos. •Participação em pelo menos um evento internacional para apresentar resultados da pesquisa •Publicação de pelo menos dois artigos científicos pertinentes à temática versada no projeto em revistas científicas nacionais ou internacionais, focando no estrato A • Publicação de uma coletânea com artigos pertinentes ao tema, incluindo pesquisadores afetos à temática • Publicação de uma cartilha voltada para informar a população sobre o benefício em questão e seus congêneres e as formas de acessá-los. • Divulgação de informações sobre o projeto na página web da UCP •Realização de uma palestra ou dinâmica em turmas de ensino fundamental e médio de escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro, para cada ano de execução do projeto, de caráter científico/tecnológico, tocando no tema dos Benefícios Assistenciais, sob o olhar das ciências sociais; •Envolvimento de alunos bolsistas de IC e Jovens Talentos na execução do Projeto; •Envolvimento de alunos do Mestrado em Direito na execução do Projeto, com a defesa de dissertações pertinentes ao tema e pesquisa •Entrega do relatório final e prestação de contas do auxílio financeiro recebido no prazo concedido pela FAPERJ.

Orçamento detalhado e justificado

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

Considerando uma dotação mensal de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) pelo período de 36 meses, serão alocados R\$86.400,00 para a execução do presente projeto de pesquisa. Nossa proposta é que tal valor seja investido da seguinte forma: •Diárias para Trabalho de Campo/Visita Técnica vinculada ao projeto de pesquisa = Valor Unitário: R\$320,00// Qtde: 40 diárias // Valor total: R\$12.800,00. •Temos como proposta participar de um evento no Brasil para cada ano de execução do projeto, com o objetivo de dar visibilidade à pesquisa e compartilhar resultados parciais/finais = Diárias para participação em evento no país, pertinente à pesquisa = Valor Unitário: R\$320,00// Qtde: 15 diárias // Valor total: R\$4.800,00. •Passagens para participar de eventos no país, pertinentes à pesquisa = R\$10.000,00. •Temos como proposta participar de pelo menos um evento internacional, durante o período de execução do projeto, com o objetivo de dar visibilidade à pesquisa e compartilhar resultados parciais/finais e estabelecer parcerias. Caso seja possível o comparecimento será presencial. = Diárias para participação em evento fora do país, pertinente à pesquisa = Valor estimado: R\$10.000,00 •Passagens para participar de evento fora do país, pertinente à pesquisa = R\$10.000,00 •Despesas com tradutor e taxas para publicação em veículos internacionais = R\$6.000,00 •Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (eventuais): trabalhos gráficos, de editoração, produção gráfica e correlatos = R\$9.000,00 •Serviços de Terceiros Pessoa Física (eventuais): trabalhos de revisão, digitação, de gravação, e similares para apoio a eventos e publicações = R\$8.000,00 •Aquisição de Equipamentos de Informática: computadores, HD externo, pen drives e similares: R\$11.000,00 •Aquisição de insumos: papel, tinta, suprimentos diversos: R\$4.800,00 Outros aportes serão feitos pela instituição de execução. Importante destacar que a UCP já possui uma página web bem desenvolvida, contando com equipe responsável pela sua manutenção e atualização, inclusive profissionais da comunicação. Assim, a disponibilização da página de divulgação do projeto, a remuneração de pessoal, a disponibilização de todas as suas estruturas de pessoal e material, a estrutura necessária à realização de eventos internos da IES, dentre outros correlatos, devem ser entendidas com contrapartida da instituição.

Bibliografia relacionada ao projeto

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

ARRUDA NETO, Pedro Thomé de. Direito das Políticas Públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2015. BALBIM, Renato – IPEA. Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política educacional. Texto para discussão 2134. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: < https://positorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5787/1/td_2134.pdf>. Acesso em 07 set. 2022. BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila. Política Habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. Cadernos CRH. N. 27 (71). Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200001>. BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. BECK, Zilda Januzzi Veloso. Meio Ambiente e Cidades Resilientes - Reflexões sobre o Desastre em Petrópolis no Ano de 2022. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 02 mai. 2022. BRASIL. Decreto 6.307/2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm>. Acesso em 02 mai. 2022. CARNEIRO, Cristiana. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. Psicologia USP. V. 29. N. 2. 314-321. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170151> CNN BRASIL. Petrópolis registrou a maior tempestade de sua história. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/acional/petropolis-registrou-a-maior-tempestade-de-sua-historia/>>. Acesso em: abril de 2022. COUTINHO, Pedro de Oliveira. A Responsabilidade Civil do Estado em Desastres Ambientais: Ensaio sobre a Construção da Responsabilidade Civil Objetiva da Administração Pública. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. CZISCHKE, Darinka. Managing Social Rental Housing in the EU: A Comparative Study. European Journal of Housing Policy. v. 9, 2009. Disponível em < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616710902920223?journalCode=reuj19>>. Acesso em 07 set. 2022. D'OTTAVIANO, Camila. Política Habitacional no Brasil e Programa de Locação Social Paulistano. In: BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila. Política Habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. Cadernos CRH. N. 27 (71). Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200001> ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. FILPO, Klever Paulo Leal. Mediação Judicial: discursos e práticas. MAUAD X/FAPERJ, 2016. FREITAS, Wesley; JABBOUR, Charbel. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <https://www.nelsonreyes.com.br/560-566-1-PB-2.pdf>. Acesso em 01 mai. 2022. LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 48: 101-110 DEZ. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jsocp/a/zpwwj63WjFbZYVksXgnXDSjz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01 mai. 2022. MARINHO, Taynah de Nazaré Argolo. CONDIÇÕES DE MORADIA E DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS EM AUXÍLIO ALUGUEL EM BELÉM-PA. Os efeitos do Projeto Orla e o (Não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova 17/02/2021 181 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central PETRÓPOLIS. Prefeitura de Petrópolis. Defesa Civil. Com mais de 7 mil registros de ocorrências, Defesa Civil atua nas vitórias de imóveis de pessoas que estão em abrigos. 2022. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/oticias/item/18897-com-mais-de-7-mil-registros-de-ocorr%C3%AAscias-defesa-civil-atua-nas-vitorias-de-im%C3%B3veis-de-pessoas-que-est%C3%A3o-em-abrigos>>. Acesso em: abril de 2022. SANTOS, Ângela Moulin et al. Direito à Moradia: um direito social em construção no Brasil – a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro. Revista Planejamento e Políticas Públicas. n. 46. jan/jun. 2016. Disponível em: < https://positorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6575/1/ppp_n46_direito_moradia.pdf>. Acesso em 07 set. 2022. SÁ-SILVA et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009 SOUZA, Mirely Brito Mota de. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ALUGUEL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS/RJ. 29/04/2019 161 f. Mestrado em POLÍTICAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO, Campos dos Goytacazes Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA NACIONAL VERTZMAN, J. S. Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos. In: A. M. Nicolaci-da-Costa, & D. R. Romão-Dias (Orgs.). Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins (pp. 67-92). Rio de Janeiro, RJ: Loyola, 2013. YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: RS, Bookman, 2005.

Especialidade 1
Direito
Especialidade 2
Assistência Social
Especialidade 3
Aluguel Social
Especialidade 4

Estudo de Caso
Palavra Chave1
Estudo de Caso
Palavra Chave2
Direitos Humanos
Palavra Chave3
Benefício Assistencial
Palavra Chave4
Aluguel Social

Cronograma

Nome do cronograma anexado
Cronograma_Klever_Filpo_JCNE_2022.xlsx

Documentos

Nome do documento anexado
Currículo Lattes/CNPq resumido e (2017 a 2021) (EM PDF)
Plano de Trabalho com cronograma (EM PDF)
Outros Documentos 2 (EM PDF)
Declaração de Comitê (quando obrigatório) (EM PDF)
ANEXO 3 - Anuência da Instituição (EM PDF)
Certidão de nascimento do/a filho/a - item 2.2.1 (quando necessário) (EM PDF)
Projeto Completo em PDF
Relação sucinta de outras produções científicas (EM PDF)
Comprovação PPG credenciado (EM PDF)
Outros Documentos 3 (EM PDF)
Comprovante de atividades - item 2.5 do edital (quando obrigatório) (EM PDF)
Relatório detalhado de atividades (quando obrigatório) (EM PDF)
Outros Documentos 1 (EM PDF)
Recursos financeiros obtidos junto a agência de fomento nacionais etc. (EM PDF)
Diploma de Doutorado ou ata de defesa (EM PDF)

Data de envio para Faperj: 12/09/2022